

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE****INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE****DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA**

EQSW 103/104, Bloco C, Complexo Administrativo, - Bairro Sudoeste - Brasília - CEP 70670350

Telefone: (61) 2028-9021/9022

TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL Nº 05/2018 QUE CELEBRAM ENTRE SI O INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES E ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A. OBJETIVANDO O CUMPRIMENTO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL ORIUNDA DO EMPREENDIMENTO USINA HIDRELÉTRICA JIRAU

O INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - Instituto Chico Mendes, Autarquia Federal criada pela Lei nº. 11.516, de 28 de agosto de 2007, com sede e foro em Brasília/DF, e jurisdição em todo Território Nacional, inscrito no CNPJ sob nº. 08.829.974/0001-94, doravante denominado, simplesmente, **Instituto Chico Mendes**, sediado na EQSW 103/104 – Complexo Administrativo, neste ato representado pelo Presidente, **Paulo Henrique Marostegan e Carneiro**, brasileiro, portador do RG nº 21655851-7, SSP/SP e do CPF nº 178.946.228-26, residente e domiciliado em Brasília/DF, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 638, de 14 de junho de 2018, do Ministro de Estado do Meio Ambiente, e publicada no Diário Oficial da União em 15/06/2018, e de outro lado **ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A.**, adiante denominado **COMPROMISSÁRIO**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Almirante Barroso nº 52, sala 2802, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **09.029.666/0001-47**, representada na forma de seu estatuto social por seu Diretor Presidente, **VICTOR-FRANK DE PAULA ROSA PARANHOS**, engenheiro, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº **1981114552**, expedido pelo **CREA/RJ** e inscrito no CPF/MF sob o nº **098.414.907-49** e por seu Diretor de Meio Ambiente, **ISAC PAULO TEIXEIRA**, engenheiro, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº **986454**, expedido pela **SSP/SC** e inscrito no CPF/MF sob o nº **098.347.611-04**, tendo em vista o que consta no Processo ICMBio nº **02070.003313/2013-44** e em observância às disposições do art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, do art. 14-A e do art. 14-B da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 e da Instrução Normativa nº 3, de 2 de fevereiro de 2018, **RESOLVEM** celebrar o presente Termo de Compromisso de Compensação Ambiental - TCCA, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente TERMO objetiva o cumprimento dos recursos de compensação ambiental oriundos do empreendimento **USINA HIDRELÉTRICA JIRAU** aplicados em favor da RESERVA BIOLÓGICA JARU e do PARQUE NACIONAL MAPINGUARI, cujos recursos foram destinados originalmente pelo COMITÊ DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL FEDERAL, em Reunião Ordinária nº 23, de 10 de dezembro de 2013, em Reunião Ordinária nº 28, de 12 de junho de 2014, e em Reunião Ordinária nº 65, de 25 de janeiro de 2018.

1.2. A obrigação de compensação ambiental foi estabelecida através da condicionante nº 2.32, constante na Licença de Operação nº 1097/2012, emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, decorrente do processo de licenciamento ambiental nº 02001.002715/2008-88.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE CUMPRIMENTO

2.1. O cumprimento da obrigação de compensação ambiental dar-se-á através de execução dos recursos por meios próprios pelo Compromissário, e observará estritamente o disposto na Instrução Normativa nº 3, de 2 de fevereiro de 2018.

2.2. O Compromissário deverá apoiar diretamente a RESERVA BIOLÓGICA JARU e o PARQUE NACIONAL MAPINGUARI, em conformidade com os Planos de Trabalho de Compensação Ambiental - PTCAs, em anexo, bem como em atendimento às Solicitações de Aplicação de Recursos - SARs deles decorrentes, a serem elaboradas e enviadas pelos respectivos gestores operacionais dos Planos de Trabalho - PTCAs.

2.3. O empreendedor responderá por qualquer prejuízo que direta ou indiretamente cause em consequência das atividades resultantes de suas obrigações, seja por ação ou omissão, sua, de seus prepostos ou de terceiros que venha a contratar, sendo garantido ao empreendedor o direito ao contraditório.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA ATUALIZAÇÃO

3.1. Os valores destinado e atualizado da compensação ambiental, as unidades de conservação beneficiárias e as aplicações de recursos deliberadas pelo órgão licenciador que são objeto do presente **TERMO**, estão descritos a seguir:

TABELA DE RECURSOS DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL ATUALIZADO			
Unidade de Conservação	Prioridade do Decreto nº 4.340/2002	Valor Destinado (R\$)	Valor Atualizado* (R\$)
RESERVA BIOLÓGICA JARU	Regularização Fundiária	33.392.119,04	45.991.943,94
PARQUE NACIONAL MAPINGUARI	Regularização Fundiária	5.006.450,23	6.895.530,59
TOTAL		38.398.569,27	52.887.474,53
*Valor Atualizado pela Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E até setembro/2018.			

3.2. Os valores previstos nesta cláusula serão corrigidos monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, desde dia 29 de maio de 2013, data de sua fixação pelo órgão licenciador, até o cumprimento integral da obrigação, nos termos da Instrução Normativa nº 3, de 2018.

3.3. As obrigações previstas neste TERMO e seus anexos estão limitadas ao valor previsto nesta Cláusula Terceira, acrescidos de suas correções monetárias, conforme Instrução Normativa nº 3, de 2018.

3.4. Uma vez apurado o saldo remanescente após o término da vigência deste TCCA, a execução desse saldo remanescente poderá ser objeto de novo TCCA.

3.5. No caso dos recursos previstos neste TERMO se mostrarem insuficientes para o cumprimento integral do Plano de Trabalho, mediante comprovação do Compromissário por meio de pesquisa de mercado, nos termos do art. 10 da Instrução Normativa nº 3, de 2018, o Instituto Chico Mendes adequará o Plano de Trabalho de Compensação Ambiental.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO INSTITUTO CHICO MENDES

4.1. São obrigações do Instituto Chico Mendes:

4.1.1. orientar e supervisionar a execução das ações a cargo do Compromissário;

4.1.2. exercer a autoridade normativa, o controle e a fiscalização sobre a execução do objeto deste TERMO;

4.1.3. avaliar e autorizar, quando solicitado, a divulgação e a promoção, pelo Compromissário, das ações decorrentes do objeto deste TERMO; e,

4.1.4. cumprir integralmente as obrigações do Instituto Chico Mendes estabelecidas na Instrução Normativa nº 3, de 2018, dentre as quais está incluída a emissão da Certidão de Cumprimento do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

5.1. São obrigações do Compromissário:

5.1.1. executar o objeto do presente TCCA em estrita observância ao o Plano de Trabalho de Compensação Ambiental - PTCA, atendendo as Solicitações de Aplicação de Recursos – SAR dele decorrentes;

5.1.2. comunicar e justificar ao Instituto Chico Mendes eventuais atrasos que venham a ocorrer na execução;

5.1.3. responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhistas, fiscais e previdenciárias, relacionadas aos recursos humanos utilizados para a execução do objeto deste TERMO;

5.1.4. atender solidariamente ao Instituto Chico Mendes todas as solicitações e demandas dos órgãos de fiscalização e controle da gestão pública referentes ao objeto deste TERMO;

5.1.5. citar obrigatoriamente a participação do Instituto Chico Mendes na divulgação das ações, objeto deste TERMO;

5.1.6. facilitar a atuação e supervisão do Instituto Chico Mendes, facultando-lhe sempre que solicitado, o acesso às informações e documentos relacionados com a execução do objeto deste TERMO, especialmente no que concerne à auditoria dos documentos referentes à realização das despesas;

5.1.7. solicitar previamente ao Instituto Chico Mendes autorização para divulgação e promoção das ações decorrentes do objeto deste TERMO; e,

5.1.8. cumprir integralmente as obrigações do Compromissário estabelecidas na Instrução Normativa nº 3, de 2018.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO GERENCIAMENTO DO TERMO

6.1. O gerenciamento operacional dos Planos de Trabalho de Compensação Ambiental - PTCAs será realizado pelos gestores operacionais designados nos respectivos PTCAs, que acompanharão e fiscalizarão o cumprimento dos PTCAs.

6.2. A Coordenação de Compensação Ambiental - COCAM monitorará a execução dos recursos de compensação ambiental em consonância com os Planos de Trabalho de Compensação Ambiental.

6.3. O Compromissário deverá indicar, em até 10 (dez) dias a contar da publicação deste TERMO no Diário Oficial da União – DOU, o (s) representante (s) do empreendedor a que se refere o inciso XI, do art. 2º, da Instrução Normativa nº 3, de 2018.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1. A execução do OBJETO do presente TERMO será regido pelo disposto na Seção II, do CAPÍTULO II, da Instrução Normativa nº 3, de 2018.

7.2. A prestação de contas da execução do OBJETO do presente TERMO será regido pelo disposto na Seção III, do CAPÍTULO II, da Instrução Normativa nº 3, de 2018.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA INADIMPLÊNCIA

8.1. O não cumprimento pelo Compromissário de qualquer dos prazos e obrigações constantes deste TERMO e seus anexos ensejará comunicação formal do inadimplemento pelo Instituto Chico Mendes ao órgão licenciador do empreendimento que originou a compensação ambiental objeto do presente TERMO, para fins de aplicação de medidas estabelecidas na legislação vigente, sem prejuízo da obrigação de reparar os danos porventura existentes.

8.1.1. Constatado eventual descumprimento das obrigações previstas no presente TERMO por parte do Compromissário, este será notificado pelo Instituto Chico Mendes para justificar, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, as razões do inadimplemento.

8.1.2. O Instituto Chico Mendes decidirá pelo acatamento ou rejeição da justificativa, devendo notificar o Compromissário quanto à sua decisão no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da justificativa.

8.1.3. Não apresentada justificativa por parte do Compromissário, ou rejeitada a justificativa apresentada, o Instituto Chico Mendes, no prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento da notificação de que trata o parágrafo segundo, comunicará formalmente o inadimplemento ao Órgão Licenciador para fins de aplicação das medidas previstas na legislação vigente.

8.1.4. Não correrão penalidades ou prazos contra o Compromissário decorrentes de eventuais atrasos ou omissões atribuídos exclusivamente ao Instituto Chico Mendes.

8.1.5. O descumprimento do cronograma previsto no PTCA por omissão do empreendedor implicará na incidência de multa de 0,33% por dia, limitada a 20%, acrescido de taxa SELIC sobre o valor em atraso, até a data do efetivo adimplemento das atividades em atraso, conforme acréscimos legais para Tributos Federais.

8.1.6. A eventual inobservância pelo Compromissário dos prazos e obrigações ora pactuados, desde que comprovadamente resultante de caso fortuito ou força maior, na forma prevista em lei, não configurará situação de inadimplência, desde que a justificativa seja prontamente comunicada ao Instituto Chico Mendes que, se for o caso, reajustará os prazos para o cumprimento das obrigações remanescentes.

9. CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1. O presente TERMO terá prazo de vigência de **60** (sessenta) meses, em consonância com o prazo previsto nos PTCAs, a contar da data de assinatura, podendo ser prorrogado e/ou alterado através de Termo Aditivo, conforme art. 6º da Instrução Normativa nº 3, de 2018.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

10.1. Qualquer modificação das obrigações pactuadas no presente TERMO que implique alteração de valor, prazo ou forma, será objeto de prévio ajuste entre as partes, formalizada mediante termo aditivo.

10.2. Durante sua vigência, o TCCA poderá ser modificado por termo aditivo, considerando a possibilidade de redestinação de recursos ou ajustes de atividades, no interesse do Instituto Chico Mendes, desde que os processos de aquisições ou contratações não tenham sido iniciados pelo empreendedor.

10.3. A modificação no TCCA que dependa da redestinação de recursos condiciona-se à prévia autorização do órgão licenciador competente.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO AMIGÁVEL

11.1. O Compromissário poderá solicitar Rescisão Amigável do ajuste para fins de adesão à modalidade de execução por meio de fundo privado.

11.1.1. A análise a ser empreendida pelo Instituto Chico Mendes, quanto à solicitação, condiciona-se à apresentação, pelo Compromissário, de prestação de contas, a fim de que seja apurado o saldo remanescente a ser executado por meio do fundo privado, bem como de análise técnica pelos gestores operacionais se a interrupção das atividades objeto dos PTCA's acarretarão prejuízos ou transtornos às respectivas unidades de conservação.

11.2. O saldo remanescente não executado será atualizado pelo IPCA-E, desde a data de sua fixação.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

12.1. As ações objeto do presente TERMO integrarão relatório anual de execução de compensação ambiental a ser elaborado pelo Instituto Chico Mendes.

12.2. A publicidade dada aos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, nela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO DO TERMO

13.1. O Instituto Chico Mendes compromete-se a promover a publicação deste TERMO, por extrato, no Diário Oficial da União – DOU.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Para dirimir quaisquer questões eventuais relativas ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA será competente o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que se ofereça.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ASSINATURA ELETRÔNICA

15.1. E, por assim estarem justas e acertadas, foi lavrado o presente Termo de Compromisso de Compensação Ambiental - TCCA e disponibilizado por meio eletrônico através do Sistema Eletrônico de Informações SEI, conforme Portaria ICMBio nº 56, de 27 de maio de 2016, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado eletronicamente pelas partes.

PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO

Presidente

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

VICTOR-FRANK DE PAULA ROSA PARANHOS

Diretor Presidente

Energia Sustentável do Brasil S.A.

ISAC PAULO TEIXEIRA

Diretor de Meio Ambiente

Energia Sustentável do Brasil S.A

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique Marostegan E Carneiro, Presidente**, em 19/11/2018, às 09:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VICTOR FRANK DE PAULA ROSA PARANHOS, Usuário Externo**, em 21/11/2018, às 13:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Isac Paulo Teixeira, Usuário Externo**, em 22/11/2018, às 16:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **4178631** e o código CRC **CC8093DF**.